

A PRESENÇA DO ESTADO NO CINEMA: O CASO DA CAIC

Aluna: Gabriela Zambrone Ferreira Monnerat Rocha

Orientador: Miguel Serpa Pereira

Introdução

Durante os anos 20 e 30 surgiram as primeiras organizações e grupos sociais para pressionar o governo na institucionalização do cinema no Brasil. Aparecem então, algumas iniciativas através de decretos estaduais e federais com a criação de conselhos e institutos, como o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), em 1937.

O cinema começou a virar produto com valor de mercado e, na década de 1960, outros grupos regulamentaram a atividade. Neste cenário, é criada a Comissão de Auxílio à Indústria Cinematográfica (CAIC) do antigo Estado da Guanabara através da Lei nº 300, de 3 de janeiro de 1963.

Esta agência fomentava e dava incentivos para a produção cinematográfica, significando, portanto, a possibilidade da realização de muitos filmes que não tinham um apoio formal, como o grupo do Cinema Novo. A história dessa organização pública não foi ainda pesquisada de forma sistemática. Existem apenas referências em textos de pesquisa que não chegam a avaliar a sua importância.

Objetivos

Levantar os arquivos da CAIC e confrontar as informações recolhidas em documentos oficiais com fontes primárias e entrevistas realizadas com funcionários, cineastas e possíveis pessoas envolvidas na comissão.

Analisar alguns filmes apoiados por essa política e verificar, em que medida, eles refletem ou não os interesses ideológicos do seu auxiliador, o Estado da Guanabara, e a verificação de alguma possível censura ou limitação. Este objetivo se justifica pelo fato de que, na época, o país passava pela ditadura militar e, mesmo assim, a instituição financiava filmes que questionavam a realidade político-social daquele período.

Por fim, o terceiro objetivo é observar como a CAIC serviu de modelo para as outras iniciativas de auxílio à indústria cinematográfica até os dias atuais, qualificando, portanto, a sua importância de base para o fomento e o incentivo ao cinema brasileiro.

Metodologia

Com os poucos registros existentes sobre a CAIC, esta pesquisa utiliza não só o levantamento bibliográfico das referências encontradas em livros, teses, artigos de revistas e jornais, como também na constante localização e busca dos arquivos e dos documentos da instituição.

No entanto, não apenas este procedimento é necessário, pois, como já fora constatado no andamento da pesquisa, muitos documentos públicos estão perdidos. Em secretarias estaduais, municipais, fundações e institutos, a afirmativa sempre é similar: há o desconhecimento não apenas dos arquivos oficiais, como da própria CAIC.

Neste sentido, o método mais eficiente tem sido o contato com os funcionários da CAIC, bem como o dos cineastas envolvidos, pela realização de entrevistas. Através delas é possível compreender a estrutura funcional da instituição, o financiamento dos apoios e as premiações realizadas.

Além disso, em algumas situações obtemos o alcance a arquivos pessoais, com cópias de reuniões, lista de filmes financiados e documentos referentes às leis e decretos. Nelas constatamos a quantidade dos filmes apoiados, quem recebeu este apoio, qual era a quantia que cada produtor tinha para investir, a distribuição de tarefas entre os integrantes da comissão, entre outras medidas.

Conclusões

O embasamento teórico permitiu uma maior compreensão do panorama das políticas públicas no cinema brasileiro. A pesquisa prática revelou detalhes do funcionamento da comissão e como ela serviu de base para outros órgãos, institutos e outros modelos de incentivo à indústria cinematográfica que foram criados.

Com o procedimento de pesquisa descrito pode-se afirmar que a CAIC possuía uma certa informalidade na sua estrutura e autonomia para seus funcionários, o que lhe conferia uma maior independência aos interesses ideológicos, mas uma não continuidade das ações. As gestões eram muito pessoais seguindo critérios subjetivos de cada secretário. Não obstante, em algumas situações, houve a indicação sugestiva de integrantes da comissão para que determinados filmes entrassem na lista de financiamento – mostrando assim, não uma censura, mas um direcionamento para a satisfação de interesses particulares e políticos.

Em contrapartida, foi por estes esforços pessoais que ela conseguiu auxiliar filmes que talvez não pudessem ser realizados por falta de verba e dar espaço ao grupo do Cinema Novo que expressava a sua crítica à realidade em questão.

Desta forma, a CAIC não era um modelo objetivo com critérios impessoais, no entanto, possuía medidas eficientes que promoveram a produção cinematográfica, servindo assim, para base de outros modelos de apoio ao cinema brasileiro.

Referências

- 1 – ANDRADE, Joaquim Pedro de. **Um depoimento especial**. Folheto organizado pelo Cineclube Macunaíma: Rio de Janeiro, 1976.
- 2 – CARRILHO, Arnaldo. Vocação carioca. **Cinemais**, v.11, n.1, p. 71-78, jan./jun. 1983.
- 3 – RAMOS, José Mário Ortiz. **Cinema, Estado e Lutas Culturais** (anos 50/60/70). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- 4 – PEREIRA, Miguel. A cicatriz de Glauber. **Alceu**, v.1, n.1, p. 7-17, jul./dez. 2000.
- 5 – XAVIER, Ismail, BERNARDET, Jean Claude e PEREIRA, Miguel. **O desafio do cinema**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1985.